

VIII ENCONTRO DA REDE DE ESTUDO RURAIS

27 a 30 de agosto de 2018

GT 4

Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos

Coordenadores: Lúcio Vasconcellos de Verçosa (Centro Universitário CESMAC e Faculdade SEUNE, Alagoas); Maria Aparecida de Moraes Silva (Universidade Federal de São Carlos, São Paulo).

EMENTA

Nas últimas décadas a produção de *commodities* agrícolas e minerais teve um crescimento significativo no Brasil e em vários países latino-americanos. Diversos estudos demonstram que esta produção, voltada sobretudo para mercado externo, é controlada por grandes empresas nacionais e multinacionais. Junto à incorporação de tecnologias de ponta, o labor em condições precárias e a superexploração do trabalho continuam fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores rurais – mesmo que de modo reconfigurado. No que concerne ao mais recente processo de reestruturação produtiva no agronegócio, pesquisas apontam para transformações nas estratégias gestão e de seleção no mercado laboral. Esses mecanismos tendem a acentuar ainda mais a exploração do trabalho, estimular a segregação entre os trabalhadores – seja pela origem, gênero, etnia, capacidade produtiva e etc – e renovar a forma de controle e de disciplinamento. Cabe sublinhar que o mercado de trabalho rural, marcado pela forte presença de migrantes, é composto por uma complexa teia de intermediação e recrutamento. Questão fundamental, nesse sentido, é a ampliação e a celeridade com que cada vez mais tais trabalhadores circulam em atividades diversas, entrecortando setores e complexificando tanto os recortes convencionais entre rural e urbano, quanto a relação entre o trabalho camponês e proletário. No contexto da mais recente crise do capitalismo tem sido levado a cabo, em diversos países, um programa que retira direitos básicos conquistados pelos trabalhadores, em especial, no âmbito da legislação trabalhista e da seguridade social (ainda que muitos desses direitos

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

previstos em lei muitas vezes não tenham se efetivado concretamente). Considerando o caso do Brasil e de outros países, tais transformações são extremamente significativas, uma vez que o atendimento às normativas legais no campo era exceção e que o sindicalismo mais recente era pautado pelo legalismo e pela luta por direitos outrora garantidos na legislação trabalhista para outras frações de trabalhadores. Esse horizonte de transformações, portanto, acarreta grandes desafios para a ação sindical e para os movimentos sociais aliados dos trabalhadores assalariados rurais e camponeses. Essa situação necessita ser analisada em toda sua complexidade, levando em consideração as dificuldades de obtenção de dados para apreensão das mudanças em curso e a abertura de espaço para debate. **Por isso, o objetivo do GT “Trabalho rural, mobilidade espacial e expropriação de direitos” é discutir os fenômenos vinculados ao labor rural**, buscando agregar e abrir interlocução entre pesquisadores para a reflexão de agendas, desafios e perspectivas de investigação em torno do tema. Seguem alguns temas propostos para nortear o debate:

- Relação entre terra e labor.
- Trabalho camponês e trabalho assalariado rural.
- Reestruturação produtiva e o impacto no mundo do trabalho rural.
- Economia do agronegócio e implicações entre as diferentes modalidades de trabalho.
- Mobilidade do trabalho, circulação e agenciamentos da força de trabalho na produção agrícola, pecuária e mineral.
- Etnia, gênero, geração, origem regional e demais segmentações ou especificidades no mercado de trabalho rural.
- Saúde e trabalho rural.
- Legislação trabalhista, seguridade social e direitos no mercado de trabalho rural.
- Crise, dependência e superexploração no campo.
- Sindicatos, sindicalismo e formas de resistência no universo do trabalho rural.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O GT4, TRABALHO RURAL, MOBILIDADE ESPACIAL E EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS, cujos temas foram arrolados acima na EMENTA, aprovou 12 trabalhos para serem discutidos no presente Encontro. Seguindo a proposta da Comissão Organizadora do evento, dividimos os trabalhos em três sessões, a partir das seguintes temáticas:

- 1-Trabalho Assalariado;
- 2-Trabalho camponês (familiar);
- 3-Formas híbridas de trabalho

A fim de facilitar o debate, organizamos a seguinte distribuição, priorizando as discussões similares, sem contudo, estabelecer fronteiras rígidas entre elas. Assim sendo, priorizamos as questões transversais que poderão ocorrer nos três dias do Encontro. Não se trata portanto, de fechar as reflexões no final de cada dia, mas, de retomá-las no decorrer de todo o tempo. Esta postura é decorrente das orientações da Comissão Organizadora, como também da leitura dos textos apresentados. Partimos da concepção da realidade social como processual, dinâmica e diversa. Desta sorte, foi possível verificar que nas relações onde predominam o trabalho camponês, há também trabalho assalariado e outras formas advindas de sociabilidades marcadas por relações de proximidade, como ajuda mútua, troca de dias e, assim por diante.

Feitas essas ressalvas preliminares, a divisão dos trabalhos em sessões é a seguinte:

1-Tema: Trabalho assalariado

1.1 A formação do sindicalismo de assalariados rurais em um cenário de mudanças sindicais e trabalhistas

Autores: Nadine Gerhart Lermen; Everton Lazzaretti Picolotto

1.2 Meio ambiente versus ocupação agrícola: Avaliação da execução do Protocolo Agroambiental do setor sucroenergético no estado de São Paulo

Autores: José Giacomo Baccarin; Regina Aparecida Leite Camargo

1.3 A questão agrária no século XXI: o agro que espolia e superexplora os camponeses e trabalhadores rurais de Pitanga/PR

Autores: Adriano Makux de Paula e Jorge Ramón Montenegro Gómez.

1.4 Depois do eito: relações decorrentes do adoecimento do corte da cana

Autora: Tainá Reis

2- Tema: Trabalho camponês (familiar)

2.1 Intervenção estatal e reconfiguração dos processos de trabalho: memórias do antes e do depois da criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

Autores: Marcelo Moraes de Andrade; Danielle Wagner Silva

2.2 Produção, autoconsumo e renda da agricultura familiar camponesa no Território da Serra do Brigadeiro

Autores: Maria Cristina Silva de Paiva; Mariana Silva de Paiva; Larissa de Bem Nacif; Stefany Alves Machado Amorim.

2.3 Condições de trabalho familiar por agricultores em processos de reinvenção de si

Autor: Matheus Benassuly Maués de Medeiros.

2.4 Contratação de trabalhadores por agricultores familiares no município de São Joaquim/SC

Autores: Zimbáwe Osório Santos; Leonardo Campus Teatine Climaco; Daniela Aparecida Pacífico

3- Tema: Formas híbridas de trabalho

3.1 Mulheres rurais, migrações internacionais e trabalho assalariado

Autores: Joel Orlando Bevilaqua Marin; Laila Mayara Drebes; Flávia Souza Oliveira.

3.2 A zona da Mata de Pernambuco e a ascensão do Porto de Suape: mudanças na mobilidade da força de trabalho rural

Autores: Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel; Cleiton Ferreira Maciel Brito.

3.3 Atualizando as relações de trabalho em uma grande propriedade rural: Uma análise a partir do sistema de moradia

Autoras: Janine Vicente Dias; Ramonildes Alves Gomes.

3.4 Ensaio sobre as relações de produção nas estâncias do Rio Grande do Sul (1960-2017)

Autores: Francis Casagrande Zanella; Janaína Betto; Marcos Botton Piccin; Felipe Ferrari da Costa.

Para facilitar o debate, optamos por apresentar os resumos dos respectivos textos das três sessões, mais adiante.

ALGUMAS QUESTÕES PARA DIRECIONAR O DEBATE

Da leitura dos textos apresentados para o GT 4, depreendem-se muitas diversidades que formam e conformam o mosaico da agricultura brasileira no atual momento histórico. Os textos compõem a cartografia de todas as regiões do país. As questões teóricas aventadas são advindas de vários campos disciplinares, tais como a sociologia, economia, geografia, antropologia e história. Quanto à metodologia, predominam a história oral – narrativas, memórias, observações, relatos – e a pesquisa quantitativa e documental. Vale destacar também que todos os textos apresentam dados de pesquisas empíricas, muitos deles extraídos de teses e dissertações de mestrado, além de um ensaio.

Nosso intuito, enquanto coordenadores deste GT, é pautado pelo esforço de compreender esse mosaico no âmbito das diversidades dos mundos do trabalho rural.

→Primeiramente, propomos a discussão em torno dos mundos do trabalho¹ a partir da historicidade das formas de produção e reprodução do capitalismo no campo brasileiro. A pluralidade da realidade rural, tanto no que diz respeito às formas de produção, como de trabalho, são decorrentes das formas de reprodução e acumulação capitalista no Brasil. Tais formas não são homogêneas; ao contrário. São definidas pela heterogeneidade tanto do ponto de vista interno quanto externo.² Essa afirmativa traz outro interrogante acerca da globalização ou mundialização do capital. É evidente que o capitalismo se mundializou, mas, de formas diferentes, segundo países ou regiões. Quais as razões para tais diferenças. Elencamos algumas delas:

- Papel do Estado. Ainda que a mundialização seja pautada pela economia de mercado, pelos enclaves, pelas empresas agroalimentares, há que se considerar as formas de territorialização desses capitais, sustentados pelos estados nacionais. Ainda que haja muitas similitudes no que se refere aos padrões tecnológicos, as formas de trabalho se diferenciam segundo os critérios de raça/etnia e gênero, além da classe social. Os estados nacionais são os agentes que garantem não só os investimentos em infraestrutura, e empréstimos, leis acerca da renúncia fiscal, dentre outros benefícios, como também as formas de exploração da força de trabalho, por meio de legislações laborais que usurpam os direitos conquistados, que impedem a seguridade social -, além do controle da mobilidade interna e internacional dos trabalhadores e trabalhadoras. E,

¹ Seguimos as ideias de Robsbawn, E. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

² Recentemente, a coordenadora deste GT visitou algumas plantações de laranja na região valenciana na Espanha, região, considerada a horta da Europa, tendo em vista a enorme produção de frutas e hortaliças que abastecem vários países da Comunidade Europeia. À primeira vista, chamou-me a atenção a altura da laranjeira, em torno de 2 metros. No ano de 2017, desenvolvi uma pesquisa sobre as relações de trabalho na citricultura paulista. A partir de um olhar etnográfico sobre o corpo dos/trabalhadores/as, sobre o processo de trabalho, constatei os altos níveis de exploração da força de trabalho, causados pela imposição do *quantum* de fruta colhida durante a jornada e as condições de trabalho. Tais condições eram agravadas, sobremaneira, pela necessidade de colher as frutas utilizando a escada de ferro (de 35 kgs), pois as laranjeiras possuem entre seis a sete metros de altura! Esse fato mostra não só as diferenças em termos de produtividade/árvore, como também os mecanismos de exploração da força de trabalho dos capitais desse setor produtivo que coloca o Brasil como maior produtor de suco de laranja do mundo.

mais ainda. O controle sobre os recursos naturais, incluindo a terra, água e minerais.

- Acumulação por espoliação, segundo os termos propostos por D. Harvey. Portanto, a análise dos mundos do trabalho requer a compreensão da historicidade da realidade social. O Estado é fundamental para garantir a expropriação das terras, águas e florestas dos camponeses. Alguns textos deste GT abordam tais questões, como por exemplo, nas Reservas extrativistas, na construção da hidrelétrica de Belo Monte, nas terras de camponeses do Paraná, Goiás, Minas Gerais. Propomos o aprofundamento da compreensão desse conceito, incluindo a espoliação da memória e da identidade. Ou seja, sugerimos um debate que não dicotomize as condições objetivas e subjetivas. O processo de acumulação por espoliação é diferenciado segundo os países. Há que analisar tais especificidades no tocante ao Brasil, a partir dos recursos naturais e também da população camponesa e trabalhadora rural, constituída por negros, indígenas e mestiços, em sua grande maioria. Portanto, sugerimos incluir as reflexões acerca da colonialidade proposta por Aníbal Quijano, segundo a qual, a raça é integrante da produção do conhecimento, do saber, do trabalho e do poder. Resumidamente, propomos as perguntas: quem é camponês e/ou trabalhador rural no nosso país? Quem é expropriado? Quem morre por exaustão nos canaviais? O que ocorre aos descartados? Quem é migrante? Qual é o papel do estado na produção de *commodities*, eufemismo de matérias-primas, que são destinadas ao mercado internacional e, por meio das quais, há a apropriação dos recursos ambientais, como terra, água e minérios? Refletir sobre essas questões nos permitirá uma análise da totalidade da realidade agrária, sem dicotomizar os níveis micro e macro.

→ Outro ponto importante extraído da leitura dos textos se reporta à permanência de relações de trabalho que predominaram em outros contextos históricos. Permanência de valores, tais como, compromisso, honra, fidelidade,

característicos das formas de produção baseadas nas relações personalistas de dominação. Tais situações aparecem em fazenda moderna no interior da Paraíba como nas estâncias do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que a permanência dessas relações convive lado a lado com as relações assalariadas. Portanto, são relações que se justapõem, que se complementam. O conceito de economia moral poderia embasar o debate, além de outras chaves interpretativas, advindas da sociologia weberiana ou bourdieusiana. Por outro lado, surgem novas inquietações relacionadas aos direitos, concebidos a partir das legislações laborais vigentes e também ao sindicalismo rural. Como analisar em tais contextos as contradições de classe, as lutas sociais pelos direitos garantidos pela Constituição? Haveria o aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora e o controle dos conflitos sociais pelas empresas?

→ A mobilidade do trabalho e do capital aparece explícita ou implicitamente em muitos trabalhos. Conceito advindo de Gaudemar nos sugere uma importante chave interpretativa para as reflexões em torno das migrações tanto internas como internacionais, bem como as formas precárias acopladas à exploração da força de trabalho do/a migrante. Os conceitos de liberdade positiva e liberdade negativa trazem importantes subsídios à análise de muitas situações retratadas.

→ A realidade diversa encontrada nos textos nos sugere repensar o conceito do trabalho em sua dimensão material propriamente dita e também em sua dimensão simbólica e cultural. Assim sendo, as categorias de análise como raça/etnia e gênero devem compor a cesta de nossas inquietações durante os debates. Entendendo a realidade como processo, veremos que a esfera do trabalho abarca também a do pós/trabalho; que o trabalho da mulher camponesa que não migra se insere na mesma lógica da mobilidade do trabalho. Quem fica e quem parte pertencem ao mesmo destino social. É justamente aí que as estratégias são produzidas.

Muitas outras questões, certamente, serão colocadas pelos autores deste GT. Enquanto coordenadores, apenas, sugerimos os arrolados acima, a fim de encaminhar o debate e contribuir para o refinamento de nossas categorias analíticas sobre os mundos do trabalho no campo atualmente.

Tema1: Trabalho Assalariado

1.1A formação do sindicalismo de assalariados rurais em um cenário de mudanças sindicais e trabalhistas. Autores: Nadine Gerhart Lermen; Everton Lazzaretti Picolotto

Resumo:

A representação sindical dos trabalhadores rurais no Brasil vem passando por mudanças expressivas nas últimas décadas, que se referem a processos como a construção das diferentes identidades coletivas e a disputas dentro e fora da estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares (Contag). Neste contexto, vem ocorrendo desde 2014 um processo de dissociação sindical da categoria dos assalariados rurais da Contag e foi criada, no ano seguinte, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar). Esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de criação dessa nova estrutura sindical de representação dos assalariados rurais e a possibilidade de mudanças nas práticas sindicais, bem como os seus limites e desafios, que foram potencializados por questões conjunturais, como a reforma trabalhista e sindical de 2017. A discussão tem como marco teórico a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e, para atingir o objetivo proposto, são analisados documentos e entrevistas com os dirigentes sindicais da Contar, da Contag e da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais no RS (Fetar-RS). Por meio da análise dos documentos e entrevistas, foi possível identificar três questões determinantes para a dissociação, que são os interesses conflitantes entre assalariados rurais e agricultores familiares, a sub-representação dos assalariados dentro da Contag e as disputas pela representação com outros atores sindicais. A partir da consolidação da dissociação, os dirigentes sindicais defendem mudanças nas práticas sindicais, como aproximação da base, a criação de sindicatos específicos e realização de convenções coletivas em nível regional, o estabelecimento de horários diferenciados e a maior presença do sindicato nos locais de trabalho. Tais mudanças vão ao encontro de especificidades da categoria, como a informalidade, o baixo número de filiações ao sindicato e trabalho migrante e sazonal. Entretanto, a tentativa de estabelecimento de novas práticas sindicais esbarra nas proposições da reforma trabalhista e sindical, que reduz os recursos financeiros e o poder de negociação dos sindicatos, limitando sua ação, ao mesmo tempo em que a desconstrução dos direitos trabalhistas fragiliza ainda mais os assalariados rurais.

1.2 Meio ambiente versus ocupação agrícola: Avaliação da execução do Protocolo Agroambiental do setor sucroenergético no estado de São Paulo. Autores: José Giacomo Baccarin; Regina Aparecida Leite Camargo

Resumo:

No final dos anos 1990, dois debates se explicitaram quanto ao método da colheita de cana. Um confrontava os que defendiam a eliminação da queimada dos canaviais para facilitar seu corte, pelos efeitos negativos ambientais e na saúde, com os que propugnavam sua continuidade, argumentando que tal prática permitia o corte manual e manutenção de milhares de empregos nos canaviais. Outro debate se dava em torno da penosidade do corte manual de cana, com alguns julgando que esta atividade deveria ser eliminada com o tempo. Os empresários sucroalcooleiros de São Paulo, antes defensores da queimada, em 2007, evidenciaram a intenção de substituir o corte manual de cana queimada pelo mecânico de cana sem queimar. Aderiram ao Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético, formulado pelo governo estadual e se comprometeram com a eliminação das queimadas até 2017. Objetivou-se discutir as razões que levaram as empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo a caminharem em direção à plena mecanização da lavoura canavieira, entre 2007 e 2017, e as consequências em termos de ocupação canavieira e sucroalcooleira. Foram usados dados de ocupação formal, coletados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A plena mecanização garantiu controles mais precisos e sistemáticos dos processos de trabalho canavieiro e foi motivada por questões de ordem ambiental, mercadológica, de condições do mercado de trabalho, de capacidade de investimento e de gestão. O número de Canavieiros ocupados em 2017 correspondia a apenas 32% de seu número em 2007, enquanto cresceu o número de pessoas ocupadas nas atividades administrativas, nas operações de máquinas agrícolas, na condução de veículos e na sua manutenção. O saldo foi negativo, de forma que, mesmo com o crescimento da produção setorial, diminuiu o número de pessoas ocupadas nas empresas sucroalcooleiras do estado de São Paulo.

1.3 A questão agrária no século XXI: o agro que expolia e superexplora os camponeses e trabalhadores rurais de Pitanga/PR. Autor; Adriano Makux de Paula.

Resumo:

O presente texto se propõe atualizar os impactos da expansão do capitalismo no campo, especialmente no município de Pitanga/PR, focando como a relação entre capital e trabalho cria espaços de espoliação onde expropria e superexplora os camponeses e trabalhadores. Para tanto, a metodologia utilizada, seguiu os seguintes passos: primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica que acompanhou todo o processo; segundo buscou-se dados estatísticos em agências como IBGE; terceiro foram realizados trabalhos de campo, onde foram entrevistados camponeses e trabalhadores rurais e por fim, houve a sistematização das informações coletadas. Um dos resultados encontrados foi que ao mesmo tempo que o agronegócio cria dificuldades para os camponeses resistirem em seus territórios, os expulsando em muitos casos, ele utiliza da mão de obra ociosa deles para superexplorar, inclusive na

condição de escravos contemporâneos.

1.4 Depois do eito: relações decorrentes do adoecimento do corte da cana

Autora: Tainá Reis

Resumo:

O adoecimento e descarte é destino de muitos cortadores de cana. O presente artigo expõe algumas repercussões desse processo. Por meio de metodologia qualitativa (com observação direta e entrevistas semiestruturadas), observou-se que os trabalhadores vivem em seus cotidianos e relações as consequências do trabalho, especificamente no que tange às relações de gênero e com o Estado. Há uma trama de sociabilidade que, decorrente do espaço/tempo trabalho, se estabelece a partir do adoecimento.

Considerações sobre o tema 1:

Os textos desse bloco temático abordam o trabalho assalariado rural a partir de múltiplas questões e de diferentes universos empíricos, quais sejam: sindicalismo rural e luta por direitos na atual conjuntura; mecanização nos canaviais paulistas e os impactos no mercado laboral; expropriação de terras e sua relação com a proletarianização da força de trabalho no Paraná; descarte de trabalhadores migrantes superexplorados e o pós/trabalhado marcado pelo adoecimento e por mudanças de sociabilidade no local de origem – Vale do Jequitinhonha.

Para facilitar o debate, propomos alguns pontos para discussão, seguindo a ordem do texto acima:

1.

◆ Os autores do texto 1 destacam o caráter heterogêneo dos trabalhadores rurais e sua relação com alguns impasses da luta sindical. Como representar no mesmo sindicato trabalhadores que podem ter interesses distintos e até mesmo conflitantes? Como representar, por exemplo, agricultores familiares e assalariados contratados por eles? A dissociação sindical é alternativa ou contribuirá ainda mais para a fragmentação dos trabalhadores rurais? Com o avanço da dissociação, como ficará a representação sindical dos trabalhadores que são ao mesmo tempo assalariados

rurais e agricultores familiares? São essas algumas das questões suscitadas pela leitura do artigo.

◆ No sindicalismo rural brasileiro das últimas décadas predominou a luta legalista pelo cumprimento de direitos reconhecidos formalmente pelo Estado. Todavia, a reforma trabalhista, aprovada recentemente, legalizou a expropriação de diversos direitos que outrora eram previstos em lei. Legalizou o que já era padrão para grande parte dos assalariados rurais.

◆ O perfil heterogêneo dos trabalhadores rurais, o trabalho temporário e o grande número de trabalhadores migrantes são fatores que tendem a dificultar a ação sindical. Todavia, conforme apontam os autores do texto, para além dessas questões, é necessário pensar também em outras fatores para explicar a baixa sindicalização, crise de representatividade e enfraquecimento dos sindicatos rurais. A superação desse quadro não depende simplesmente da dissociação, porém, da reinvenção do sindicalismo rural.

2.

◆ O segundo texto aborda os motivos da generalização do processo de mecanização da colheita da cana em São Paulo. Os autores demonstram que os condicionantes não se reduzem a razão estritamente relacionada ao cálculo do custo da produção, pois existiu a confluência de complexos fatores: mudanças no mercado de trabalho, alterações na legislação trabalhista (NR31), ampliação de financiamento público para os usineiros e o objetivo de vender para o mercado externo a imagem do etanol como mercadoria “limpa” do ponto de vista social e ambiental. Cabe debater o caráter contraditório do Estado no processo de modernização e de mecanização da colheita.

◆ O avanço abrupto da mecanização diminuiu drasticamente os postos de trabalho nos canaviais paulista. O referido texto demonstra, mediante pesquisa com dados quantitativos, que entre 2007 e 2017 foram extintos 122 mil postos de trabalho. O artigo aponta que até 2014 os trabalhadores estavam sendo absorvidos por outros setores (em especial construção civil e serviços). Cabe indagar, qual o destino dos trabalhadores descartados após 2014? Isso é algo que merece ser discutido.

◆ A substituição da ponta do facão pela tecnologia de ponta vem reduzindo drasticamente o número de empregos e criando novas atividades laborais canavial. Ainda que o artigo não trate diretamente dessa temática, há de se considerar que a colheita mecanizada não significa necessariamente a superação da degradação do trabalho nos canaviais – basta analisar as condições de trabalho dos operadores de colheitadeiras e das mulheres que trabalham nas turmas de catação de pedras e de sobras de cana.

3.

◆ Aprofundar a ideia de expropriação da terra e proletarização como processos imbrincados. Depois da expulsão da terra, o desenraizamento camponês e uma vida como assalariado na cidade com o dinheiro assumindo o posto de mediador universal.

◆ Demonstrar os mecanismo de expropriação da terra e trazer os relatos dos entrevistados. Isso torna viva a ideia do Walter Benjamin de escovar a história a contrapelo.

◆ O texto articula as categorias acumulação por espoliação, superexploração e trabalho análogo a escravidão. No caso dos assalariados estudados, trabalho análogo à escravidão seria uma categoria analítica ou uma tipificação jurídica?

◆ Descrever o trabalho na colheita da maçã e abordar as formas de resistência cotidiana e de luta por reenraizamento.

4.

◆ O descarte dos trabalhadores assalariados rurais associado ao desgaste prematuro de suas energias físicas e espirituais. Além da degradação ambiental, existe a degradação da saúde dos sujeitos que trabalham nas grandes lavouras do agronegócio. Além do sofrimento físico e psíquico, existe o sofrimento moral.

◆ A autora propõe a ideia de que embora o pós/trabalho seja também o momento posterior ao trabalho, ele não se resume a isso. É uma outra sociabilidade que está estritamente vinculada à anterior, vinculada ao trabalho. Conjunto de relações que é, cronologicamente, posterior ao período de trabalho, mas socialmente, são espaços-

tempos e relações inteiramente entrelaçadas. O trabalhador deixa o canavial, mas o canavial não o deixa. O segundo momento é parido pelo primeiro. Existe um cordão que os liga.

◆ O descarte desconstrói a identidade calcada em atributos de gênero como a força, virilidade, coragem. Aquele que antes era provedor passa a ser cuidado, torna-se dependente. Há uma reorganização das relações de gênero, mas não necessariamente uma inversão dos polos de poder. As mulheres são identificadas por atributos de gênero como as responsáveis pelo cuidado, e cuidado exige todo uma carga emocional.

◆ O encontro das políticas neoliberais de redução dos benefícios previdenciários a perspectiva biomédica que considera o corpo e a saúde como algo meramente biológico (muito presente entre os peritos do INSS), gera uma espécie de confluência que resulta tanto na negação quase sistemática do reconhecimento de nexos causais entre o adoecimento e o trabalho, quanto na impossibilidade de o trabalhador acessar direitos fundamentais no momento em que mais precisa: justamente quando não dispõe de sua energia vital para o trabalho. O mesmo Estado que não impede a superexploração nega o direito a seguridade social.

Tema2: Trabalho Camponês (Familiar)

2.1 Intervenção estatal e reconfiguração dos processos de trabalho: memórias do antes e do depois da criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Autores: Marcelo Moraes de Andrade; Danielle Wagner Silva

Resumo:

Neste texto discutimos as percepções presentes nas lembranças dos entrevistados sobre as mudanças nos processos de trabalho, a partir da institucionalização de Resex, a análise busca identificar as interposições do Estado neste contexto. Constatou-se que os arranjos institucionais tradicionais foram alterados por mudanças amplas e específicas que impuseram distintas formas de interações entre os moradores da reserva, convertendo relações de cunho pessoais historicamente construídas em relações impessoais, fundamentadas em uma lógica de economia mercantil.

2.2 Produção, autoconsumo e renda da agricultura familiar camponesa no Território da Serra do Brigadeiro. Autores: Maria Cristina Silva de Paiva; Mariana Silva de Paiva; Larissa de Bem Nacif; Stefany Alves Machado Amorim.

Resumo:

No contexto dos estudos sobre a agricultura familiar e do desenvolvimento rural por diferentes paradigmas de desenvolvimento, como os trabalhos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley e de Jan Douve van der Ploeg, o objetivo deste artigo é contribuir com os estudos sobre o trabalho camponês e a autonomia da agricultura familiar, a partir da apresentação dos resultados de uma pesquisa empírica realizada em 2015 analisando a composição do produto bruto, a formação da renda monetária bruta, as práticas de autoconsumo e as práticas de comercialização, de 14 famílias residentes no Território da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata de Minas Gerais. Trabalhou-se com a hipótese de que a diversificação da agricultura, o autoconsumo e a diversificação de mercados constituíram-se de ações importantes para a reprodução econômica dos estabelecimentos. A partir das entrevistas e dos dados quantitativos coletados junto aos estabelecimentos rurais nos municípios de Rosário da Limeira, Araponga e Miradouro, concluiu-se que o autoconsumo e a diversificação combinados com as possibilidades de atuação nos mercados curtos e institucionais, atuaram de forma complementar na reprodução econômica da família, mas ainda é preciso aprimorar as oportunidades existentes e explorar novas possibilidades de comercialização para a conquista da autonomia.

2.3 Condições de trabalho familiar por agricultores em processos de reinvenção de si. Autor: Matheus Benassuly Maués de Medeiros.

Resumo:

Valendo-me de observação direta, entrevistas e da narrativa escrita de um agricultor, discuto transformações na organização do trabalho em situação de mudanças decorrentes do deslocamento compulsório vivido por agricultores de Volta Grande do Xingu-PA, diante do processo de construção da UHE Belo Monte (PA). Valorizando noções de práticas de arquivamento, escrita de si e de sofrimento social, reflito sobre condições de trabalho de grupo doméstico.

2.4 Contratação de trabalhadores por agricultores familiares no município de São Joaquim/SC. Autores: Zimbáwe Osório Santos; Leonardo Campus Teatine Climaco; Daniela Aparecida Pacífico

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

Resumo:

Na fruticultura de clima temperado a suplementação da força de trabalho familiar pode ser necessária. Este estudo foi no município de São Joaquim, em 2017. Foram aplicados questionários a agricultores. Os dados foram analisados com estatística descritiva. A maioria dos agricultores recorre à contratação de trabalhadores como forma de viabilizar sua produção. A renda dos agricultores parece influenciar na quantidade e tempo de contratação dos trabalhadores, bem como na troca de dias de trabalho.

Considerações gerais sobre o tema 2:

Os trabalhos apresentados nesse bloco temático abordam o labor a partir de múltiplas facetas do modo de vida camponês e das contradições e conflitos presentes na questão agrária brasileira. Os autores analisaram realidades de distintas localidades mediante utilização de métodos diversos (história oral, pesquisa quantitativa, estatística descritiva e observação direta de cunho etnográfico). Dentre os principais temas investigado estão a reconfiguração dos processos de trabalho e da sociabilidade após a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (no Oeste do Pará); produção, autoconsumo e comercialização dos produtos da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais; deslocamento compulsório vivido por agricultores do Xingu-PA e seus desdobramentos no trabalho e no modo de vida; contratação de assalariados como forma de viabilizar a produção de agricultores familiares em Santa Catarina.

Para o debate, propomos a discussão de alguns pontos abordados pelas respectivas pesquisas:

1.

- ◆ A ambiguidade dos processos de intervenção estatal no modo de vida dos moradores da reserva, pois ao mesmo tempo em que a presença do Estado freou o avanço da exploração de madeireiras e grileiros, trouxe também restrições as práticas extrativistas tradicionais e acarretou transformações nas relações de trabalho e de trocas.
- ◆ O conflito entre o direito costumeiro e direito positivo, presente, por exemplo, nas inúmeras restrições a caça, na necessidade de autorização para fazer uma roça e

proibição do trabalho infantil – elementos que entram em atrito com o modo de vida camponês e que dificultam a sua reprodução.

◆ A hipótese de que o enraizamento é mediado pela forma de trabalho, pois o significado da relação com a terra e com a natureza passa pela forma e pelo sentido do labor.

◆ A relação entre valor de troca e valor de uso, presente no avanço da lógica mercantil em contraste com as relações baseadas na troca de alimento por outro e na troca de dia de trabalho. No entanto, por mais que a lógica mercantil tenha adentrado o cotidiano dos moradores da reserva, o soterramento do valor de uso característico da sociedade camponesa não se realizou por completo. Esse processo é marcado por contradições e resistência, muitas vezes ocultas e sutis, porém significativas.

2.

◆ Heterogeneidade do destino da produção no interior do grupo de pequenos agricultores e significativa variação de monetarização entre eles. Diferentes estratégias para reprodução social e permanência no espaço rural.

◆ Aprofundar a análise do trabalho (familiar, parceria, assalariamento...) e sua relação com o destino da produção. Relacionar os dados levantados com o tamanho das terras e com estrutura fundiária.

◆ Importância de políticas públicas para a comercialização da produção da agricultura familiar (como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos). Quais são as perspectivas na atual conjuntura de cortes de investimento nas políticas públicas voltadas para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar? Debate sobre a inserção no mercado e a possibilidade de permanência de um modo de vida camponês com parte da produção voltada para o autoconsumo.

3.

◆ Ação conjunta do Estado e do Capital na organização do espaço em diversos níveis de escala. No caso das grandes obras, como na construção da Hidrelétrica de Belo Monte, essa articulação fica ainda mais evidente. O espaço rural é reconfigurado

não somente pela expansão do agronegócio, existem outros ramos do capital que não podem ser desconsiderados.

- ◆ O sofrimento social gerado pela expropriação da terra. Desestruturação das bases físicas e sócio-territoriais e reelaboração de práticas e projetos na vida cotidiana a partir do novo lugar, após o deslocamento forçado.
- ◆ A ideologia do progresso e do desenvolvendo que hierarquiza sociedades e que inferioriza o modo de vida camponês, indígena ou quilombola. O papel da ideologia para legitimar as expropriações – como se fossem sinônimos de chegada do progresso e do desenvolvimento no espaço rural “arcaico”.
- ◆ Não se trata apenas espoliação da terra, existe um embate acerca da espoliação no plano da memória.
- ◆ Aprofundar a análise das falas e dos registros escritos dos sujeitos expropriados.
- ◆ O registro como uma forma de imortalizar vidas talhadas por uma cultura marcada pela oralidade.

4.

- ◆ Aprofundar a análise dos conflitos e contradições presentes na relação entre os agricultores familiares e os assalariados contratados.
- ◆ Investigar o perfil e a trajetória laboral dos trabalhadores contratados pelos agricultores familiares. Investigar a importância do trabalho familiar na produção e de qual forma ela se processa.
- ◆ Coexistência de assalariamento com a prática, ainda que menos frequentes, de troca de dias de trabalho.
- ◆ Articular os dados quantitativos com a análise do trabalho executado e com o tamanho das propriedades dos agricultores familiares entrevistados.

Tema 3: Formas híbridas

3.1 Mulheres rurais, migrações internacionais e trabalho assalariado.

Autores: Joel Orlando Bevilaqua Marin; Laila Mayara Drebes; Flávia Souza Oliveira.

Resumo:

O objetivo do artigo é analisar a participação de mulheres rurais em migrações internacionais em busca de inserções no mercado de trabalho assalariado no exterior. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada no município goiano de Itapuranga, a partir de entrevistas com mulheres rurais, oriundas da agricultura familiar, retornadas de migrações internacionais. De maneira complementar, foram realizadas entrevistas com informantes-chave e levantamento documental. A migração internacional de mulheres rurais é desencadeada pelos limites da reprodução social de agricultores e pela necessidade de construção da autonomia pessoal e financeira. Nos países de destino, as mulheres rurais inserem-se em trabalhos assalariados, como faxineiras, domésticas e cuidadoras, em relações informais e precárias. O conhecimento e o domínio de trabalhos domésticos, incorporados nos processos de socialização familiar, tornam-se fundamentais para as inserções laborais em relações assalariadas, que permitem a construção da autonomia pessoal e até formação de poupança, de tal maneira que globalização da divisão sexual do trabalho causa restrições e, ao mesmo tempo, gera oportunidades para as mulheres rurais de Itapuranga.

3.2 A zona da Mata de Pernambuco e a ascensão do Porto de Suape: mudanças na mobilidade da força de trabalho rural. Autores: Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel; Cleiton Ferreira Maciel Brito.

Resumo:

Este artigo, fruto de uma pesquisa de doutorado (2016), analisa as percepções e contradições vivenciadas pelos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar no ingresso no mundo do trabalho no complexo industrial e portuário de Suape, localizado na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Com a implantação do porto sua população rural passou a contemplar nesse novo empreendimento outras formas de se viver. É sobre essa passagem para Suape e as implicações do processo que esse artigo visa se debruçar. A pesquisa foi feita a partir uma perspectiva metodológica qualitativa com entrevistas realizadas junto aos trabalhadores rurais, usineiros, sindicalistas e secretários de estado entre os anos de 2013-2015.

3.3 Atualizando as relações de trabalho em uma grande propriedade rural: Uma análise a partir do sistema de moradia. Autoras: Janine Vicente Dias; Ramonildes Alves Gomes.

Resumo:

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 10.269.919/0001-39
Email: rdestudosrurais@gmail.com

O presente texto tem como finalidade apresentar as relações de trabalho vinculadas à condição de moradia em uma grande propriedade rural, localizada no médio sertão paraibano. Em sua figuração, a propriedade se apresenta como uma fazenda exprodutora de algodão, sendo atualmente a sede de um complexo agro-industrial que exporta diversos produtos para a Europa, resultante do trabalho de aproximadamente trinta famílias, moradoras do lugar. O objetivo principal deste estudo é analisar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho após a falência do ciclo do algodão no sertão da Paraíba, que interferiram no modo de ser e de viver dos diferentes atores, de forma a atualizar as identidades e sociabilidades. Para isso foram realizadas entrevistas com o proprietário e moradores-funcionários da Fazenda-Empresa Tamanduá com o intuito de compreender, a partir da história de vida destes informantes, o processo de transformação que envolve a produção/trabalho dos moradores em trabalhadores assalariados da propriedade, e ao mesmo tempo a permanência do sistema de moradia nesta propriedade. Os primeiros resultados revelaram que a relação de trabalho reestruturada, em torno do salário e da moradia, estabelece um tipo de economia moral entre o fazendeiro-patrão e os moradores-funcionários, promovendo uma singular gestão na produção da empresa em questão, em que o controle e o disciplinamento do tempo de trabalho são mais facilmente realizados, resultando em uma constante produção, já que o tempo de trabalho e permanência na morada se confunde. Observou-se ainda que as formas de comportamento e os sentimentos de gratidão e confiança anunciados, inferida pelo tempo de morada cedido e pelo empenho do morador junto à propriedade, projetam um tipo de interação entre patrão e funcionário que extrapola as relações de trabalho meramente contratuais, recriando um tipo de sociabilidade permeada por símbolos da tradição, com cronograma de comemorações, laços de vizinhança e uso de capital social.

3.4 Ensaio sobre as relações de produção nas estâncias do Rio Grande do Sul (1960-2017). Autores: Francis Casagrande Zanella; Janaína Betto; Marcos Botton Piccin; Felipe Ferrari da Costa.

Resumo:

Neste trabalho analisamos as relações sociais de produção constituídas nas estâncias do Rio Grande do Sul (RS), com enfoque para as condições materiais e simbólicas que se estabeleceram nas relações entre as diferentes categorias de trabalhadores frente aos proprietários de terra designados estancieiros. A literatura sobre o tema no RS tem se debruçado sobre as dinâmicas relativas às estâncias no século XIX, prioritariamente. Aqui chamamos atenção para o período entre 1940 e 1980, de forte ascensão social dos estancieiros, considerando que as relações atuais guardam vínculo com tal período. O caráter de “ensaio” se dá na medida em que materializamos neste trabalho um primeiro conjunto de discussões que são conduzidas no âmbito do grupo

de pesquisa “Economia e sociedade estancieira: trajetórias conexas e práticas de reprodução social”. O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado em São Gabriel, RS, baseado em vinte e uma entrevistas com pessoas que possuem ou tiveram trajetórias sociais como trabalhadores/as, ou seja, com os estratos de baixo do espaço social. Nossos resultados iniciais apontam para insuficiências nas categorias “trabalho assalariado” e “pecuária familiar” a fim de analisar as condições nas quais a reprodução social de grupos familiares de trabalhadores se vincula com as grandes propriedades rurais.

Considerações gerais sobre o tema 3:

Os trabalhos dessa temática apresentam características híbridas mais acentuadas do que em relação a alguns das temáticas 1 e 2. As diversidades encontradas pelas pesquisas poderiam ser assim agrupadas: migrações internacionais de mulheres cuja condição social camponesa foi expropriada em função do avanço das plantações de cana-de-açúcar; reconversão de assalariados canavieiros em operários das empresas instaladas em no porto de Suape; permanência de relações pautadas pela economia moral presentes na combinação de assalariamento e cessão da moradia; hibridismo de relações de trabalho nas atividades estancieiras do RGS.

Ademais dos referenciais teóricos dos textos apresentados, bem como da metodologia utilizada, propomos o seguinte encaminhamento para o debate, seguindo a ordem acima.

1.

◆ Aprofundamento das categorias gênero e cuidado na era da economia globalizada. Ainda que o referido texto não aborde diretamente a categoria cuidado, há que se considerar a importância das mulheres nas migrações internacionais. Portanto, além da apropriação da mais valia produzida por essa força de trabalho desqualificada nos países do norte, há também a apropriação do afeto, em razão da separação das famílias de origem. A variável analítica de gênero deve ser pensada juntamente com o processo de expropriação do afeto e também das relações permeadas pelo patriarcado que vigem na organização do trabalho familiar camponês. Os padrões patriarcais, além da expropriação produzida pelos capital, são os

responsáveis pela saída das mulheres em busca de autonomia e melhores condições de sobrevivência.

◆ Há ainda outras várias dimensões analíticas: a expropriação da condição camponesa em razão da instalação de usinas na região. Nota-se que a lógica do processo de territorialização do capital sucroenergético é ampliar cada vez mais seu domínio sobre as terras circundantes. Ainda que não haja violência física, há outras formas de violência, tais como: distribuição de agroquímicos por meio de aviões, prática muito comum, que ocasiona o perecimento das demais plantações ao redor dos canaviais; poeira nas estradas, em virtude da circulação de veículos pesados, que se espalha sobre as pastagens, comprometendo a alimentação do gado; esses fatores são responsáveis pela redução da produção e produtividade das terras camponesas.

◆ Reconversão de camponesas em trabalhadoras precárias nos países do norte global. No texto apresentado, sentimos falta das vozes das mulheres retornadas e também de uma análise mais aprofundada das trajetórias das mulheres. Uma questão que mereceria mais atenção se reporta às formas de inserção dessas mulheres quando retornadas.

2.

◆ Reconversão de camponeses trabalhadores em operários. O conteúdo da discussão do referido trabalho aponta para uma trajetória ascendente, segundo a percepção dos camponeses trabalhadores.

◆ Aprofundamento das discussões em torno das representações sociais valorativas dos operários em contraposição às representações dos trabalhadores rurais.

◆ Aprofundamento da discussão do conceito de identidade como cambiante e não fixa. As representações negativas dos demais operários (cuja origem é urbana) são responsáveis por novas formas de sociabilidade criadas pelos rurais.

◆ Aprofundar as questões sobre a fragmentação da classe trabalhadora

3.

◆ O texto 3 traz uma importante abordagem sobre relações, muitas vezes, consideradas pretéritas, próprias do sistema de morada. A conservação da cessão da

moradia aos trabalhadores assalariados numa fazenda de produção destinada ao mercado externo revela muitos elementos: novas formas de dominação do capital sobre o trabalho; novas formas de controle; violência simbólica; arrefecimento dos conflitos e contradições entre trabalhadores e patrão etc.

◆ No entanto, os depoimentos apontam para outras direções: trajetórias ascendentes dos pais e filhos; melhorias das condições de vida e profissional; maior acesso à educação dos filhos, inclusive ao nível superior.

◆ Outro achado desta pesquisa se refere ao fato de que o patrão, que emigrou da Alemanha, tem um apreço pela conservação da cultura dos trabalhadores: as tradições, as festas, os ritos musicais.

◆ Outro dado: a preocupação inicial do fazendeiro ao comparar a fazenda, que antes se dedicava ao algodão, foi no sentido de conservar a experiência/saber dos trabalhadores. Este fato, sem dúvida, em se tratando do semiárido nordestino, foi muito importante para o sucesso de sua fazenda/empresa moderna.

◆ Variáveis para o debate: economia moral, capital social, experiência e relações de dominação invisíveis no contexto do assalariamento que conserva a moradia, herança do sistema de moradia, baseado nas relações de favor, compromisso, honra etc.

4.

◆ Os autores do texto 4 já chamam a atenção para a insuficiência dos conceitos “trabalho assalariado” e “pecuária familiar”, aspados. Trata-se de um ensaio, baseado numa pesquisa exploratória das relações de trabalho nas estâncias do estado do Rio Grande do Sul. Foram encontradas várias categorias de trabalhadores e trabalhadoras. A cartografia das ocupações, das tarefas respectivas, da divisão do trabalho, da divisão sexual do trabalho é um demonstrativo do mosaico mencionado no início desta síntese. As categorias de análise não são essencializadas na discussão do texto. A principal preocupação é apresentar o leque das situações diversas, sem contudo, perder a unicidade.

Sugerimos aprofundar no debate a postura metodológica e a concepção do universo empírico, a partir do ponto de observação do/a pesquisador/a.

- ◆ Se os conceitos de trabalho assalariado e familiar aparecem aspidos, como redefini-los? Tal como no texto 3, muitos elementos atravessam as relações de trabalho, tais como, favor, compromisso, honra, obrigação.
- ◆ Peões, capatazes, camponesas, esposas de peões, camponeses, assalariados. São as categorias encontradas nas estâncias gaúchas. O estancieiro, embora não resida no local, se faz presente pelo capataz, um gerente responsável pela gestão do trabalho e todas as atividades. E mais ainda. Ele tem o direito a criar algumas cabeças de gado para seu pecúlio. Esta prática não se reporta aos demais.
- ◆ Unidade do diverso. Para o debate, sugerimos um esforço para também não nos fecharmos nas nossas gavetas teóricas.

Os textos híbridos exigem a saída de nossos supostos confortos teóricos para outras aventuras analíticas e outros senderos.

Que tenhamos um bom debate!!!